



EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PE Nº:91992/2025 GMS:1992/2025 UASG:456793 TIPO: MENOR PREÇO	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09 h 00 min do dia 17/03/2026 Início da sessão / disputa de lances: 09 h 30 min do dia 17/03/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o *Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual aquisição de **câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis.***

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 1.630.025,60 (Um milhão, seiscentos e trinta mil, vinte e cinco reais e sessenta centavos).**

3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **compras.gov**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **<https://www.gov.br/compras/pt-br>**.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas **<https://pncp.gov.br>**, **www.comprasparana.pr.gov.br**.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) **Karin Stopinski** e equipe de apoio **Leandro Pereira**, designadas pela Resolução/Portaria n.º **1275/2025**, servidores(as) do(a) CPL/SESA.

E-mail: **karins@sesa.pr.gov.br**

Telefones: **(41) 3314-7776**

Endereço: **Avenida Prefeito Lothario Meissner, 350 – CEP 80.210-170, Curitiba / Paraná**

O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12 h e das 13h30min às 18 h.

4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico **<https://www.administracao.pr.gov.br/compras>** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à



data da abertura do certame.

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2 É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

5.3 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **valor unitário**, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 VIGÊNCIA:

5.1 O contrato a ser firmado terá vigência de **06 meses**, com prorrogação conforme Art 111 da Lei 14.133/2021.

6 CONSÓRCIO:

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgãos/Entidades Participantes e Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo X – Declaração LGPD.



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones **0800.978.9001** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** para demais localidades (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.



2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item ;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.



5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **100,00 (cem reais)**.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



5.18 critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo



estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s) ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.5 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.5.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.7 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.8.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no **Sistema de Cadastramento de Fornecedores**



da União (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o(a) **CGOV/SESA** convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.1.1 O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

11.2 Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

11.4 Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente),



representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

11.5 No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 do Decreto nº 10.086, de 2022, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços, **conforme previsto no Anexo VII deste Edital.**

11.6 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

11.7 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

11.7.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

11.7.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA/IBGE**, tendo por termo inicial a **data do orçamento estimado 28/10/2025** e desde que decorrido **1 (um) ano** desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

11.7.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

11.7.2.2 O transcurso do período citado no item 11.7.2.1 sem o requerimento do fornecedor, **implica em concessão do reajuste apurada por procedimento próprio.**

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

12.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

12.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou



inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

12.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) \times \frac{(6/100)}{365}}{1} = I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.



13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 02 DE MARÇO DE 2026

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto (Beto Preto)
Secretário de Estado da saúde do Paraná



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis, conforme especificações da planilha abaixo:

LOTE 1 – AMPLA CONCORRÊNCIA

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares do item	Quantidade	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Valor máximo total
ITEM 1	Câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis CÓDIGO GMS 6515-63346 CATMAT 600251	UNIDADE	80	R\$ 20.375,32	R\$ 1.630.025,60

O valor total do processo é de **R\$ 1.630.025,60 (Um milhão, seiscentos e trinta mil, vinte e cinco reais e sessenta centavos).**

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 LOTE 01 - CÂMARA DE CONSERVAÇÃO PARA EXAMES, HEMODERIVADOS, MEDICAMENTOS E VACINAS TERMOLÁBEIS

DESCRIPTIVO TÉCNICO

A CONTRATADA deverá atender todos os requisitos para o fornecimento do objeto, como: hardwares, características físicas, funções, parâmetros e demais itens e especificações técnicas do Termo de Referência.

FINALIDADE DO EQUIPAMENTO

O equipamento deve operar com temperatura controlada e homogênea para garantir a qualidade e eficácia de vacinas, exames, bolsas de sangue, medicamentos e outros materiais termolábeis.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EQUIPAMENTO

➤ Painel de controle com chave geral liga/desliga, com Display LCD luminoso e saída USB;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025



- Possui módulo protetor de bateria e os ajustes dos parâmetros são realizados por meio de senha;
- Em caso de desligamento ou queda de energia, o sistema restabelece os parâmetros pré-selecionados. Com Sistema de emergência integrado que mantenha a temperatura ideal do equipamento por 24 horas sem energia elétrica;
- Sistema de circulação interna por ar forçado com ventiladores que mantêm a temperatura homogênea em toda a câmara;
- Sistema de degelo ocorre automaticamente sem perda da temperatura;
- Luz interna de LED resistente a umidade do ambiente com acionamento automático pela abertura da porta;
- Memória para registro e armazenamento das temperaturas de momento (máxima e mínima) e de todos os eventos da câmara com data e hora, conforme intervalo programado;
- Os relatórios podem ser baixados pela saída USB;
- Sistemas de segurança com acionamento dos alarmes quando a câmara trabalhar em temperaturas fora do programado (máxima ou mínima), porta aberta e falta de energia;
- Discador telefônico através de linha fixa;
- Isolação térmica. Gabinete interno em aço inoxidável garantindo assepsia;
- Porta com fechamento automático, vedação por perfil magnético, puxador anatômico;
- Gabinete externo em aço galvanizado, tratado e esmaltado com pintura nas cores branca e azul
- Pés reguláveis ou rodízios com freios.
- Formato vertical;
- Faixa de Temperatura: +2°C a +8°C;
- Capacidade: aproximadamente 120 litros (podendo variar 10 litros para mais ou menos);
- Dimensões externas em cm (A x L x P em cm): aproximadamente 120 (+/- 16) x 65 (+/- 5), x 70 (+/- 5);
- Tensão: 110 / 220 Volts (bivolt automático) ou fixo 220V, 60Hz;
- Peso: aproximadamente 100 kg (podendo variar de 10kg para mais ou menos);
- Porta: em vidro ou acrílico, antiembaçante;
- Registro ANVISA;
- Equipamento em inox
- 02 a 03 prateleiras deslizáveis;
- Display (visor) em LCD com registro da temperatura momentânea de fácil visualização e saída USB.

DEMAIS OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES PARA ATENDIMENTO AS AQUISIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO

➤ Durante a garantia a CONTRATADA deverá prestar o atendimento preferencialmente presencial, em no máximo 02 (dois) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva ou preventiva, contar da data do chamado técnico;

➤ Caso o atendimento de manutenção não seja presencial (in-loco) e for necessário enviar o equipamento para Assistência Técnica Autorizada, os custos de transporte, deslocamento, taxas e



despesas do envio equipamento (independentemente do local da assistência), será toda por conta da CONTRATADA.

GARANTIA

- ↗ Concessão de plena garantia do Fabricante para os equipamentos, acessórios e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;
- ↗ Garantia do Fabricante de 01 (um) ano de acordo com item anterior;
- ↗ Na realização das manutenções ou instalações (se aplicável), todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;
- ↗ Se durante a manutenção corretiva ou preventiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do chamado técnico;

MANUAL

- ↗ Fornecimento de manual de usuário impresso e em português;
- ↗ O manual (usuário) deverá ser entregue conjuntamente ao equipamento.

ENTREGA E EMBALAGEM

- ↗ A entrega deverá ser feita livre de despesas como: frete, embalagem, seguro, impostos, taxas, cargas e descarga, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;
- ↗ Por ocasião da entrega será obrigatório constar nas notas fiscais ou em relação específica, as quantidades entregues por lote.
- ↗ Das embalagens: os produtos deverão ser entregues em embalagens que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação;
- ↗ Nas embalagens internas e externas deverá constar quantidade, lote.
- ↗ Prazo de entrega do equipamento e acessórios de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento do empenho.

OUTROS E RECEBIMENTO

- ↗ Se durante a avaliação for identificada qualquer não conformidade com o previsto no Termo de Referência, a CONTRATADA será notificada, devendo substituir o item (integralmente) ou entregar eventual item pendente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da avaliação;
- ↗ Durante avaliação / recebimento até a certificação da(s) nota(s) fiscal(is), qualquer item com avarias ou defeitos deverá ser substituído na íntegra, não será aceito reparo da mesma ou troca de componentes.
- ↗ A certificação da Nota Fiscal só ocorrerá após o atendimento de todos os itens previstos no Termo de Referência, incluindo entrega do manual.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável no Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da



adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 Agendar a entrega no setor de Patrimônio/Almoxarifado ou com o responsável.

1.4.2 Prazo de entrega/execução: 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato.

1.4.3 Locais de entrega:

SESA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital do Trabalhador (HT)

Logradouro: Av. República Argentina, 4406 – Novo Mundo

CEP: 81050-000, Curitiba – PR

Setor/ Responsável: Almoxarifado / Coordenador do Setor

Fone: (41) 3212-5759

Horário: 8h às 11:30h e de 13:30h às 16:30h

E-mail: complexodiretoriacht@sesa.pr.gov.br

Hospital Regional da Lapa São Sebastião

Logradouro: Rod. do Xisto, 476 - nº 63 – Ronda

CEP: 83751-530, Lapa - PR

Setor/ Responsável: Almoxarifado / Coordenador do Setor

Fone: (41) 3547-8800 Horário: 8h às 11:30h e de 13:30h às 16:30h

E-mail: complexodiretoriacht@sesa.pr.gov.br

Hospital de Reabilitação Ana Cartolina Moura Xavier

Logradouro: Rua Quintino Bocaiuva, 329 - Cabral

CEP: 80035-090, Curitiba – PR

Setor/ Responsável: Almoxarifado / Coordenador do Setor

Fone: (41) 3212-5759 Horário: 8h às 11:30h e de 13:30h às 16:30h

E-mail: complexodiretoriacht@sesa.pr.gov.br

Hospital Oswaldo Cruz

Logradouro: Ubaldino do Amaral, 545 - Alto da XV

CEP: 82590-300, Curitiba – PR

Setor/ Responsável: Almoxarifado / Coordenador do Setor

Fone: (41) 3281-1000 Horário: 8h às 11:30h e de 13:30h às 16:30h

E-mail: complexodiretoriacht@sesa.pr.gov.br



FUNEAS - FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE

Hospital Regional de Guaraqueçaba – HRG

Responsável: Anderson pontes do Carmo

E-mail: anderson.carmo@sesa.pr.gov.br

Fone: (41) 3482-8150 / ramal 8176

Endereço: Avenida Ararapira s/n

Bairro: Centro, Guaraqueçaba– PR

CEP: 83.390-000

Horário de entrega: Segunda à Sexta –feira das 8h às 15hrs.

Hospital Regional do Norte Pioneiro – HRNP

Endereço: Rua Genor Juliano 11, Jardim Monte Verde, Santo Antônio da Platina-PR

CEP: 86.430-000

Contato: Danilo Rodrigues de Oliveira

E-mail: danilo.rodrigues@funeas.pr.gov.br

Telefone: (43) 3534-6203

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional Walter Alberto Pecoits – HRSWAP

Endereço: Rodovia Contorno Leste, 200 Bairro Água Branca - Francisco Beltrão-PR

CEP: 85.601-839

Contato: Celio Roberto Bet

E-mail: hrsengenhariaclinica@gmail.com

Telefone: (46) 3520-9200 Fax: (46) 3520-9394

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Dr. Eulalino Ignácio de Andrade - Zona Sul de Londrina – HZS

Endereço: Rua das Orquídeas 75, Parque Ouro Branco, Londrina-PR

CEP: 86.042-180

Contato: Maria Cláudia do Carmo Ortega

E-mail: mariaortega@sesa.pr.gov.br

Telefone: (43) 3374-1900

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.



PMMPR – HPM - HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR

Local: Hospital da Polícia Militar do Paraná.

Logradouro: Av. Prefeito Omar Sabbag, nº894. CEP: 80210-000.

Cidade: Curitiba/PR

Fone: (41) 3218-3528

E-mail: hpmfarm@sesa.pr.gov.br

Horário de Atendimento: 08h às 15h

Responsável pelo recebimento: Sgt. Denival, Cb. Bessler

UEL – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Local: Hospital Universitário de Londrina

Logradouro: Av. Robert Koch, 60 – Vila Operária

CEP: 86038-350 Cidade: Londrina/PR

Fone: (43) 3371-2400

E-mail: assessoria.enf@uel.br

Horário de Atendimento: 08:00 – 11:00h/ 13:00h-17:00h

Responsável pelo recebimento: Setor de Almoxarifado – Sérgio Henrique Barbosa

UEM – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Local: Universidade Estadual de Maringá

Logradouro Avenida Colombo 5790, Bloco O10 – Divisão de Patrimônio.

CEP 87020-900 Cidade Maringá / PR

Fone: 4430114265

E-mail: sec-hum-compras@uem.br

Horário de Atendimento: 07h40min às 11h40 min e 13h:30 às 17h:30 min

Responsável pelo recebimento: Simone Cristina Garbo

Local: Hospital Universitário de Maringá

Logradouro Avenida Colombo 1590, Parque das Laranjeiras.

CEP 87083-240 Cidade Maringá/PR

Fone: 4430119197

E-mail: sec-pat@uem.br

Horário de Atendimento: 07h40min às 11h40 min e 13h:30 às 17h:30 min

Responsável pelo recebimento: Ivanilson Arrebola



UEPG – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Local: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS

Logradouro: RUA GABRIEL DE PAULA MACHADO, 601 CEP: 84031-515

Cidade: PONTA GROSSA / PR

Fone: (42) 3311-8351

E-mail: hu.scmpa@uepg.br

Horário de Atendimento: das 8 horas às 12 horas e das 13 às 17 horas.

Responsável pelo recebimento: Juliane

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Consta como participantes da presente licitação a Secretaria de Estado da Saúde (**SESA**), a Fundação Estatal de Atenção em Saúde (**FUNEAS**), o Hospital da Polícia Militar (**PMPR-HPM**), a Universidade Estadual de Maringá (**UEM**), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (**UEPG**) e a Universidade Estadual de Londrina (**UEL**). Sendo a demandante inicial da aquisição o Complexo Hospitalar do Trabalhador, unidade vinculada a SESA, a justificativa da contratação apresentada é oriunda dessa unidade. Ainda assim, incluiu-se neste termo de referência alguns apontamentos presentes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) apresentada pelas outras entidades participantes, sendo que a íntegra dos ETP está disponível no caderno de instrução da presente licitação, podendo ser consultada a qualquer tempo pelos interessados.

Os quantitativos presentes no Termo de Referência estão apresentados para atender aos órgãos que manifestaram interesse na participação da presente licitação, por meio do Sistema GMS. No Quadro abaixo, segue compilação da quantidade por item solicitado por órgão:

ITEM	CÓD GMS	CÓD CATMAT	DESCRIPTIVO	FUNEAS	PMPR HPM	SESA	UEL	UEM	UEPG HURCG
1	6515- 63346	600251	Câmara de Conservação para Exames, Hemoderivados, Medicamentos e Vacinas Termolábeis	7	2	18	5	33	15

2.2 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA

Trata de solicitação para instauração de procedimento licitatório, com vistas a aquisição eventual e futura de 18 (dezoito) unidades de Câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis, com o fito de atendimento da demanda do Complexo Hospitalar do Trabalhador (CHT).

Cabe registrar, que o CHT é referência no atendimento de diversas áreas da saúde pública no Estado do Paraná, tais como, traumas de todas as especialidades, saúde do trabalhador, saúde materno infantil, reabilitados, infectologia, diversas situações fazem parte do rol de atendimentos realizados nos setores e unidades hospitalares, dentre eles, Pronto Socorro, Centros Cirúrgicos, Unidades de Terapia Intensiva adulto, pediátrica e neonatal, Unidades de Internação, Laboratório, dentre outros.

A saber, cumpre mencionar que o Complexo Hospitalar do Trabalhador (CHT) é composto pelas unidades hospitalares e ambulatoriais da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, sendo estas: Hospital do Trabalhador (HT), Hospital de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier (HR), Hospital Oswaldo Cruz (HOC), Centro de Atendimento Integral ao Fissurado



Labiopalatal (CAIF) e Hospital Regional da Lapa São Sebastião (HRLSS) que através da otimização da utilização do recurso público, promove um atendimento eficiente e de qualidade a população do Estado do Paraná.

Das unidades que compõem o CHT, o Hospital do Trabalhador possui 3 (três) Unidades de Terapia Intensiva (UTI) adulto com um total de 40 (quarenta) leitos adulto e 10 (dez) leitos de UTI neonatal, o Hospital de Reabilitação (HR) possui 2 (duas) UTIs com um total de 20 (vinte) leitos, o Hospital Oswaldo Cruz (HOC) possui 1 (uma) UTI com 10 leitos e o Hospital Regional da Lapa São Sebastião possui 1 (uma) UTI com 10 leitos, totalizando 90 (noventa) leitos de Terapia Intensiva em todo o Complexo.

Neste contexto de excelência, para os usuários do sistema único de saúde, vários são os pacientes internados que necessitam em algum momento da internação ser remanejado para Unidade de Terapia Intensiva, devido a alguma instabilização de saúde.

Nesta unidade muitas vezes o paciente necessita de alguns medicamentos termolábeis, ou algum tipo de vacina, entre outros tratamentos que para sua segurança precisam estar armazenados em uma temperatura ideal.

A câmara de conservação é um equipamento projetado especificamente para o armazenamento seguro e controlado de medicamentos, vacinas, amostras biológicas e outros insumos sensíveis à temperatura. Diferente dos refrigeradores domésticos, ele mantém a temperatura de forma estável e uniforme, geralmente entre 2°C e 8°C, com sistemas de monitoramento, alarmes e controle digital, atendendo às exigências da Anvisa e garantindo a eficácia e segurança dos produtos armazenados.

Atualmente a câmara de conservação de vacinas do Hospital do Trabalhador não se apresenta eficaz para o armazenamento devido ao seu tamanho, já nas UTIs adulto do HT, HOC e HR possuímos a geladeira comum tipo frigobar, que apresenta limitações quanto ao controle de temperatura, monitoramento contínuo e registro de condições ambientais e armazenamento, elementos essenciais para garantir a estabilidade e a eficácia dos materiais armazenados.

Na unidade do HRLSS as novas câmaras de conservação substituirão os atuais refrigeradores e frigobar de uso doméstico que estão sendo utilizados em áreas assistenciais e já se encontram desgastados pelo uso.

Vale destacar que a utilização de uma câmara de conservação com sistema de controle de temperatura preciso, alarmes de variação e registro automatizado é uma normativa e uma prática de gestão de risco que não pode ser negligenciada.

A falta de um equipamento adequado pode resultar em deterioração de medicamentos e perda de amostras, aumento do risco de contaminação, além de possíveis penalidades regulatórias decorrentes do não cumprimento das normas de armazenamento de materiais biológicos e farmacêuticos. Tais riscos impactam diretamente na segurança do paciente, na qualidade do atendimento e na reputação da instituição.

Além da RDC 430/2020, a RDC 304/2019 também estabelece requisitos para o armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, reforçando a necessidade de controle térmico rigoroso.

Portanto, a aquisição de uma câmara de conservação, conforme distribuição abaixo, não é apenas uma necessidade operacional, mas uma medida de gestão de risco, segurança e conformidade. A sua implementação é imprescindível para garantir a integridade dos materiais, a segurança do paciente e o cumprimento das normativas vigentes.

A definição da quantidade a ser adquirida na presente contratação foi realizada com base em: levantamento de demanda junto aos setores/unidades.

A memória de cálculo utilizado resultou no quantitativo total, conforme detalhado no quadro da fls. 115, mov. 19, a ser adquirido em um período de até 12 (doze) meses para todo CHT.



2.3 FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE – FUNEAS

O armazenamento adequado de exames laboratoriais, hemocomponentes, medicamentos e vacinas termolábeis é essencial para garantir a eficácia terapêutica, a segurança do paciente e a integridade dos produtos biológicos. A utilização de câmaras de conservação modernas e controladas permite manter a temperatura adequada, evitando perdas e comprometimentos dos insumos sensíveis à variação térmica.

- ✓ Garantia da Integridade de Hemoderivados e Vacinas
- ✓ Armazenamento Seguro de Medicamentos Termolábeis
- ✓ Manutenção da Qualidade de Exames Laboratoriais
- ✓ Conformidade com Normas Sanitárias e Protocolos Assistenciais
- ✓ Eficiência Operacional e Redução de Perdas Dessa forma, a contratação de câmaras de conservação específicas para hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis é indispensável para assegurar a qualidade e a segurança do atendimento, atendendo aos requisitos legais e técnicos e garantindo a preservação dos produtos críticos para a assistência à saúde.

A definição da quantidade a ser adquirida na presente contratação foi realizada com base na análise da demanda atual de armazenamento de exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis nas unidades de saúde da rede, considerando a criticidade desses produtos e a capacidade de conservação das câmaras existentes, de forma a garantir o atendimento contínuo e seguro, sem histórico de consumo direto que permita utilização como parâmetro quantitativo. Consta na fls. 54, mov. 10, o quadro com o detalhamento da quantidade solicitada.

2.4 HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR – PMPR-HPM

O Hospital da Polícia Militar do Paraná, justifica sua participação na Intenção de Registro de Preço 842/2025 - SESA, de Aquisição câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis Protocolo nº 24.566.2696, que tem por objetivo promover o abastecimento regular de medicamentos por um período de 12 meses. Essa aquisição garante a manutenção das atividades essenciais de assistência à saúde prestadas aos usuários do hospital, as quais são imprescindíveis para os militares estaduais da ativa, da reserva e seus dependentes.

Os medicamentos desempenham um papel essencial na manutenção e promoção da saúde, eles podem aumentar a expectativa de vida dos pacientes, ajudam os pacientes a viver de forma mais confortável, controlando os efeitos secundários de doenças e tratamentos. São indispensáveis para tratar, prevenir e controlar uma infinidade de condições de saúde, assegurando que as pessoas possam viver mais saudáveis, com menos dor e complicações. Entre suas principais funções estão o tratamento de doenças e condições médicas, alívio de sintomas dolorosos e desconfortáveis, evitar a propagação de infecções protegendo as populações vulneráveis crianças ou imunodeprimidos, controle da progressão de doenças crônicas e reversão de quadros emergenciais.

Eles são, portanto, essenciais para o funcionamento adequado dos serviços de saúde e para a melhoria da qualidade de vida da população. A falta de medicamentos compromete a qualidade do tratamento e o processo de recuperação dos pacientes, impactando diretamente no atendimento e nas condições de saúde dos pacientes internados e que necessitam de medicamentos específicos.

Para garantir que o hospital cumpra as exigências sanitárias e as normativas de saúde pública, é necessário ter em estoque medicamentos adequados para todos os tipos de atendimentos médicos, desde os mais simples até os mais complexos. A reposição é imprescindível para manter a continuidade dos tratamentos dos pacientes, especialmente os em



tratamento contínuo e aqueles em situações de urgência. A disponibilidade de medicamentos adequados à terapêutica de cada paciente é essencial para garantir a segurança no tratamento, evitando complicações e favorecendo a recuperação de todos os indivíduos atendidos.

Perante esta condição é necessário um almoxarifado para estoque destes medicamentos, e principalmente equipamentos que são primordiais para a manutenção dos mesmos. Com o aumento significativo de apresentações farmacêuticas devido ao desmembramento do abastecimento pela CEMEPAR, serão necessários para nossa nova logística geladeiras para acondicionamento do estoque medicamentoso. Muitos medicamentos necessitam de temperatura controlada abaixo de 8°C, por esta razão a necessidade de geladeiras para acondicionamento.

Analisando esses fatores, têm-se que a importância destes equipamentos para acondicionamento dos medicamentos aos pacientes, a relação custo-benefício vantajosa e a conformidade com as normas de segurança e qualidade, são fatores que justificam a solicitação. Uma vez que, a falta desses itens pode resultar na interrupção do atendimento, comprometendo toda a qualidade da assistência prestada e influenciando diretamente na condição de reabilitação do paciente.

Essa aquisição visa manter o pleno funcionamento das atividades operacionais de saúde executadas pelo HPM/PR, para tanto, o quantitativo solicitado considerou o espaço físico e a nova demanda de medicamentos. Os equipamentos solicitados serão acondicionados na farmácia central. Consta na fls. 63, mov. 11, o quadro com o quantitativo solicitado pelo HPM.

2.5 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

O Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análises Clínicas da Universidade Estadual de Maringá (LEPAC/UEM) afeto ao Departamento de Análises Clínicas e Biomedicina da Universidade Estadual de Maringá, criado em 1982 como projeto de ensino que passou a funcionar em caráter permanente a partir de 1983. Inicialmente foi criado para viabilizar as disciplinas profissionalizantes do curso de Farmácia e, mais recentemente, do curso de Biomedicina. Ao longo do tempo, as atividades desenvolvidas ampliaram as possibilidades do ensino na área de análises clínicas, consolidando o LEPAC como centro de apoio ao ensino de graduação e de pós-graduação, especialmente nos programas de Mestrado e Doutorado em Biociências e Fisiopatologia, em Ciências da Saúde e no programa de Residência em Farmácia com Ênfase em Análises Clínicas na Atenção à Urgência e Emergência, da Universidade Estadual de Maringá.

O LEPAC/UEM é conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA), através do contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Saúde de Maringá e Municípios da 15ª Regional de Saúde. Considerado um laboratório de referência na macrorregião Nordeste do Paraná, atendendo atualmente 115 municípios e, para a execução desses serviços, se faz necessária a aquisição de insumos e materiais, indispensáveis e de uso diário, para a execução dos procedimentos laboratoriais.

O LEPAC/UEM oferece um serviço público de alta qualidade em saúde aos cidadãos paranaenses, realizando exames gerais e exames laboratoriais de alta complexidade na Rede Básica do Sistema Único de Saúde (SUS) e rede privada. Faz parte da Rede de Laboratórios de Quantificação de Linfócitos T CD4+ e CD8+, Quantificação da Carga Viral do HIV, das hepatites B e C do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das ISTs, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais do Ministério da Saúde, atuando também no monitoramento de pacientes portadores crônicos das hepatites B e C, atendendo da 11ª a 15ª Regionais de Saúde.

O Hospital Universitário Regional de Maringá enfrenta uma necessidade premente de adquirir câmaras de conservação adequadas para o armazenamento de exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis, que é essencial ao funcionamento de suas atividades relacionadas à saúde. Esta demanda decorre da crescente exigência por um sistema eficiente e



seguro de conservação, que garanta a integridade e a eficácia dos produtos cuja estabilidade é sensivelmente impactada pela temperatura.

A preservação adequada de exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas é fundamental para assegurar a qualidade do atendimento prestado à população. A ineficiência na conservação desses insumos pode comprometer diretamente a saúde dos pacientes atendidos pelo hospital, resultando em riscos à vida e à integridade física, além de representar desperdício de recursos públicos investidos em sua aquisição. Assim, a falta de equipamentos adequados para otimizar a armazenagem e o manuseio desses insumos se configura como uma limitação séria à capacidade de resposta da instituição frente às demandas de saúde da comunidade local.

Além disso, o alinhamento com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de saúde e das normas técnicas que regulam a guarda e a manipulação de materiais sensíveis reforça a urgência dessa aquisição. A inexistência de câmaras apropriadas implica não apenas na inadequação no armazenamento dos insumos, mas também em risco de não conformidade legal, podendo acarretar sanções administrativas ilegais à instituição.

Portanto, a contratação de câmaras de conservação é uma medida imprescindível para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos pelo Hospital Universitário Regional de Maringá refletindo diretamente no interesse público ao priorizar a segurança e a eficácia dos tratamentos disponibilizados à população atendida. A salvaguarda da saúde pública deve ser o enfoque central desta necessidade, legitimando a urgência e a priorização dessa ação no âmbito da gestão dos recursos públicos.

A quantidade foi baseada no histórico de consumo, e a previsão para o período pretendido foi estimada com base no consumo realizado no último ano, incluindo a possibilidade de acréscimo de consumo futuro e os atendimentos ocorridos no LEPAC. Consta na fls. 81, mov. 14, o quadro com o quantitativo detalhado solicitado pela UEM.

2.6 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG

A aquisição do item inerente a este processo se faz necessário para o adequado armazenamento de amostras biológicas (soroteca e LH) e meios de cultura, conservação de reagentes, medicamentos termolábeis e toxina botulínica, utilizados pelos seguintes setores: Serviço de Farmácia Hospitalar (SFH) e Laboratório de Análises Clínicas (LABOR) e banco de leite humano (CAM). Com a participação através do presente registro de preços, a instituição conseguirá economia de processos de escala e tempo, visto que os atuais apresentam pouco espaço útil e o controle de temperatura é menos estável, impactando diretamente na conservação desses materiais, além de atualmente se possuir uma unidade emprestada da UEPG sob prazo determinado, devendo ser substituído. Ressalta-se ainda que a instituição vem passando por ampliações, com a aproximação de abertura do AME (Ambulatório Médico de Especialidades), ampliando a necessidade de cobertura para armazenamento desses materiais.

Portanto, a contratação da câmara de conservação apresenta-se como medida indispensável para garantir a segurança, a qualidade e a continuidade dos serviços prestados, evitando riscos de perdas materiais e prejuízos assistenciais, além de se alinhar às normas de boas práticas em saúde e às demandas crescentes da instituição.

Através do SEI 25.000019375-4, enviado aos setores que fazem o uso deste equipamento a Seção de Materiais e Patrimônio– SCMPA obteve os seguintes números:

Ao quantitativo solicitado pelo laboratório de análises clínicas (SCTAS/LABOR) justifica-se:

- 1 unidade para o Laboratório do HUMAI: destinado à conservação de amostras biológicas (soroteca)



- 5 unidades para o Laboratório do HURCG: destinado à conservação de reagentes

Obs.: O Setor listou que os atuais refrigeradores de características “comuns” apresentam pouco espaço para utilização e o controle de temperatura é menos estável, impactando diretamente na conservação de reagentes e amostras biológicas (soroteca), além de que o refrigerador de uso no laboratório da unidade HUMAI foi emprestado da UEPG por prazo determinado, devendo ser substituído. É importante citar que a unidade do HUMAI o ambiente foi inaugurado no ano de 2024, ainda necessitando de certas adaptações que foram acontecendo conforme o serviço vem sendo executado.

Ao quantitativo solicitado pelo laboratório de análises clínicas (SCTAS/CAM) justifica-se:

- 1 unidade para o Banco de Leite Humano– destinado à conservação de amostras biológicas (LH) e meio de cultura e reagentes

Obs.: O Setor vê a necessidade da aquisição deste equipamento para melhor armazenamento das amostras biológicas (leite humano) e meio de cultura, com as respectivas características da câmara de conservação devido refrigeradores comuns não apresentarem um controle de temperatura rigoroso, que são imprescindíveis para a perfeita conservação desses itens. É importante citar que o ambiente foi inaugurado no ano de 2024, também necessitando de certas adaptações conforme o serviço vem sendo executado.

Ao quantitativo solicitado pela farmácia (SFH/FARMHOS) justifica-se:

- 1 unidade para Amadeu- armazenamento de medicamentos termolábeis de carrinho de emergência

- 1 unidade para AME- armazenamento de Toxina Botulínica

- 1 unidade para CAF HU- armazenamento de vacinas

- 1 unidade Satélite do 3o andar- abertura de setor

- 1 unidade Satélite do 4o andar- abertura de setor

- 1 unidade Satélite do 5o andar

- 1 unidade para Satélite do PA

- 1 unidade para Satélite PA HUMAI – abertura de setor

Quanto a memória do último processo de aquisição, o respectivo item se trata de primeira compra conforme as especificações descritivas no chamamento desta IRP, uma vez, que com a aquisição dessas 15 (quinze) unidades de câmara de conservação atenderá as demandas dos setores supramencionados no armazenamento, espaço e eficiência na qualidade de conservação desses materiais.

2.7 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL

Trata-se do Processo Administrativo nº24.566.269-6 referente à solicitação de instrução de Processo de Licitação por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no artigo 6º, inciso XL e artigo 82 da Lei nº 14.133/2021, visando à aquisição futura de 5 (cinco) unidades de CÂMARA DE CONSERVAÇÃO para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis, com o fito de atendimento da demanda do Hospital Universitário de Londrina – UEL.

A quantidade estimada do equipamento foi fundamentada com base no tempo de uso de cinco equipamentos que foram adquiridos pela instituição entre os anos de 1992 à 2001, o estado de conservação, funcionalidade, e a necessidade de aquisição de equipamentos adequados para a real finalidade de armazenamento de exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis, de forma a garantir a adequada conservação, prevenindo desabastecimento e interrupções nos atendimentos.

A câmara de conservação é um equipamento projetado especificamente para o armazenamento seguro e controlado de medicamentos, vacinas, amostras biológicas e outros

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



insumos sensíveis à temperatura. Diferente dos refrigeradores domésticos, ele mantém a temperatura de forma estável e uniforme, geralmente entre 2°C e 8°C, com sistemas de monitoramento, alarmes e controle digital, atendendo às exigências da Anvisa e garantindo a eficácia e segurança dos produtos armazenados.

Atualmente os equipamentos do Hospital Universitário de Londrina – UEL não se apresenta eficaz para o armazenamento, possuímos a geladeira comum tipo frigobar, que apresenta limitações quanto ao controle de temperatura, monitoramento contínuo e registro de condições ambientais e armazenamento, elementos essenciais para garantir a estabilidade e a eficácia dos materiais armazenados.

Nas unidades do Hospital Universitário de Londrina-UEL as novas câmaras de conservação substituirão os atuais refrigeradores e frigobar de uso doméstico, localizados em unidades de atendimento, centro cirúrgico, hemocentro, setor de anatomia e patologia e no depósito para manutenção, tais equipamentos se encontram desgastados pelo uso.

Vale destacar que a utilização de uma câmara de conservação com sistema de controle de temperatura preciso, alarmes de variação e registro automatizado é uma normativa e uma prática de gestão de risco que não pode ser negligenciada.

A falta de um equipamento adequado pode resultar em deterioração de medicamentos e perda de amostras, aumento do risco de contaminação, além de possíveis penalidades regulatórias decorrentes do não cumprimento das normas de armazenamento de materiais biológicos e farmacêuticos.

Além da RDC 430/2020, a RDC 304/2019 também estabelece requisitos para o armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, reforçando a necessidade de controle térmico rigoroso. Portanto, a aquisição de uma câmara de conservação, não é apenas uma necessidade operacional, mas uma medida de gestão de risco, segurança e conformidade.

A metodologia utilizada para mensurar a quantidade prevista do equipamento foi o levantamento histórico pelo nº de patrimônio do ano de aquisição dos refrigeradores e o número de laudos de manutenção emitidos pelo Sistema SICOR -> Patrimônio do Hospital Universitário de Londrina – UEL. Consta na fls. 74, mov. 13, o quadro com o detalhamento do quantitativo solicitado pela UEL.

Verificou-se no Sistema GMS que não existe Ata de Registro de Preço vigente para o objeto do futuro certame.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 DESCRITIVO TÉCNICO

A CONTRATADA deverá atender todos os requisitos para o fornecimento do objeto, como: hardwares, softwares, características físicas, funções, parâmetros e demais itens e especificações técnicas.

3.1.1 FINALIDADE DO EQUIPAMENTO

3.1.1.1. O equipamento deve operar com temperatura controlada e homogênea para garantir a qualidade e eficácia de vacinas, exames, bolsas de sangue, medicamentos e outros materiais termolábeis.

3. 2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EQUIPAMENTO

Painel de controle com chave geral liga/desliga, com Display LCD luminoso e saída USB; Possuir módulo protetor de bateria e os ajustes dos parâmetros são realizados por meio de senha; Em caso de desligamento ou queda de energia, o sistema restabelece os parâmetros pré-



selecionados. Com Sistema de emergência integrado que mantenha a temperatura ideal do equipamento por 24 horas sem energia elétrica; Sistema de circulação interna por ar forçado com ventiladores que mantêm a temperatura homogênea em toda a câmara; Sistema de degelo deve ocorrer automaticamente sem perda da temperatura; Luz interna de LED resistente a umidade do ambiente com acionamento automático pela abertura da porta; Memória para registro e armazenamento das temperaturas de momento (máxima e mínima) e de todos os eventos da câmara com data e hora, conforme intervalo programado; Os relatórios podem ser baixados pela saída USB; Sistemas de segurança com acionamento dos alarmes quando a câmara trabalhar em temperaturas fora do programado (máxima ou mínima), porta aberta e falta de energia; Discador telefônico através de linha fixa; Isolação térmica. Gabinete interno em aço inoxidável garantindo assepsia; Porta com fechamento automático, vedação por perfil magnético, puxador anatômico; Gabinete externo em aço galvanizado, tratado e esmaltado com pintura nas cores branca e azul; Pés reguláveis ou rodízios com freio; Formato vertical; Faixa de Temperatura: +2°C a +8°C; Capacidade: aproximadamente 120 litros (podendo variar de 10 litros para mais ou menos); Dimensões externas em cm (A x L x P em cm): aproximadamente 120 (+/- 16) x 65 (+/- 5), x 70 (+/- 5); Tensão: 110 / 220 Volts (bivolt automático) ou fixo 220V, 60Hz; Peso: aproximadamente 100 kg (podendo variar de 10kg para mais ou menos); Porta: em vidro ou acrílico, antiembaçante; Equipamento em inox.

3.3 ACESSÓRIOS:

3.3.1. 02 a 03 prateleiras deslizáveis;

3.3.2. Display (visor) em LCD com registro da temperatura momentânea de fácil visualização e saída USB.

DEMAIS OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES PARA ATENDIMENTO AS AQUISIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

3.4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO

3.4.1. Durante a garantia a CONTRATADA deverá prestar o atendimento preferencialmente presencial, em no máximo 02 (dois) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva ou preventiva, contar da data do chamado técnico;

3.4.2. Caso o atendimento de manutenção não seja presencial (in-loco) e for necessário enviar o equipamento para Assistência Técnica Autorizada, os custos de transporte, deslocamento, taxas e despesas do envio equipamento (independentemente do local da assistência), será toda por conta da CONTRATADA;

3.5. GARANTIA

3.5.1. Concessão de plena garantia do Fabricante para os equipamentos, acessórios e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

3.5.2. Garantia do Fabricante de 01 (um) ano de acordo com item anterior;

3.5.3. Na realização das manutenções ou instalações (se aplicável), todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

3.5.4. Se durante a manutenção corretiva ou preventiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do chamado técnico (item 5.1).

3.6. NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



3.6.1. Registro na ANVISA e vigente;

3.6.2. Atender as seguintes normas:

3.6.2.1. RDC 430/2020;

3.6.2.2. RDC 304/2019;

3.6.2.3. NBR 14620;

3.6.2.4. NBR 15220;

3.6.2.5. NBR 15575.

3.7. MANUAL

3.7.1. Fornecimento de manual de usuário impresso e em português;

3.7.2. O manual (usuário) deverá ser entregue conjuntamente ao equipamento.

3.8. ENTREGA E EMBALAGEM

3.8.1. A entrega deverá ser feita livre de despesas como: frete, embalagem, seguro, impostos, taxas, cargas e descarga, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;

3.8.2. Das embalagens: os produtos deverão ser entregues em embalagens que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação;

3.8.3. Nas embalagens internas e externas deverá constar quantidade, lote / Número de série;

3.8.4. Prazo de entrega do equipamento e acessórios de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento do empenho.

3.9. INSTALAÇÃO, CALIBRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉRMICA

3.9.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pela instalação, calibração e qualificação térmica de cada equipamento fornecido, incluindo periféricos e acessórios, com a devida emissão de certificado de validação conforme protocolos técnicos;

3.9.2. Essa qualificação deve seguir boas práticas de distribuição térmica em diferentes pontos da câmara, inclusive nos extremos, com medições realizadas por equipamentos e sensores de referência rastreáveis.

3.9.3. A instalação e a qualificação deverão ocorrer nas unidades conforme descreve no tópico Locais de Entrega e Instalação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a entrega;

3.9.4. Todos os custos logísticos, incluindo transporte, equipe técnica, instrumentos, deslocamento e quaisquer despesas acessórias, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. A quantidade de equipamentos e os respectivos locais serão definidos conforme os empenhos emitidos pela CONTRATANTE.

3.10. OUTROS E RECEBIMENTO

3.10.1. Caso seja identificada qualquer não conformidade durante o processo de avaliação/recebimento, incluindo avarias, defeitos ou descumprimento das especificações do Termo de Referência, a CONTRATADA será formalmente notificada e deverá providenciar a substituição integral do item não conforme ou pendente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação.

3.10.2. Não será admitido reparo parcial ou substituição de componentes individuais.

3.10.3. A certificação da Nota Fiscal só ocorrerá após o atendimento de todos os itens previstos no Termo de Referência, incluindo entrega do manual.



Ciclo de vida do objeto / descrição das responsabilidades envolvidas em cada etapa:

- Aquisição: A Contratada será responsável pela entrega dos equipamentos e acessórios, com prazo máximo de 45 dias a partir da data de recebimento do empenho.
- Instalação e Calibração e Qualificação Térmica: A Contratada deverá instalar, calibrar e qualificar os equipamentos em até 10 dias úteis após a entrega, nas unidades HT, HR, HOC e HRLSS, sem ônus para a Contratante.
- Operação: A operação dos equipamentos será de responsabilidade da Contratante (equipe do CHT).
- Manutenção: A manutenção (preventiva e corretiva) será de responsabilidade da Contratante, que poderá contratar serviços externos ou utilizar recursos próprios. A Contratada, no entanto, deve garantir o fornecimento de peças de reposição por no mínimo 10 anos.
- Descarte: O descarte e a desativação dos equipamentos, ao final de sua vida útil, serão de responsabilidade da Contratante, seguindo as normas ambientais e sanitárias aplicáveis.

3.10.2 Detalhes referentes à logística de entrega:

A entrega dos equipamentos e seus acessórios deverá ser realizada de forma descentralizada nas unidades do Complexo Hospitalar do Trabalhador, conforme a necessidade e os empenhos emitidos no âmbito do Sistema de Registro de Preços (SRP). As unidades de destino são: Hospital do Trabalhador (HT), Hospital de Reabilitação (HR), Hospital Oswaldo Cruz (HOC) e Hospital Regional da Lapa São Sebastião (HRLSS). O transporte e todos os custos associados são de responsabilidade da Contratada.

Demais entregas conforme item 1.4.3 do Termo de Referência.

3.10.3 Operação e Manutenção:

A operação dos equipamentos será de responsabilidade da equipe técnica do Complexo Hospitalar do Trabalhador, que receberá treinamento da Contratada. A manutenção (preventiva e corretiva) será de responsabilidade da Contratante. A Contratada deverá garantir a disponibilidade de peças de reposição por no mínimo 10 anos, a contar da data de entrega, com preços praticados no mercado atual.

3.10.4 Descarte, Desativação ou Recolhimento:

O descarte dos equipamentos, após o encerramento de sua vida útil (prevista em 10 anos, mas que pode ser estendida com manutenção adequada), será de responsabilidade da Contratante. A Contratante deverá seguir as normas ambientais e sanitárias para o descarte adequado dos equipamentos.

4 PESQUISA DE PREÇOS

Atesta-se que a pesquisa de preço foi realizada em conformidade ao artigo 296, 368, 369 e 370 do Decreto Estadual 10.086/2022. Os meios utilizados para a composição da cesta de preços, visando aferir o preço de mercado com a maior amplitude possível de fontes, foram:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):

Fonte utilizada:

(X) Banco de Preços em Saúde

(https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_BPS/SEIDIGI_DEMAS_BPS.html)

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



(X) Módulo Pesquisa de Preços do compras.gov

- Data da consulta: 07/10/2025
- Período temporal utilizado: 07/10/2025
- Recorte geográfico utilizado: (X) Nacional
- Parâmetro estatístico adotado: (X) Mediana

II - Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:

Portais utilizados para as buscas:

- (x) Sistema GMS (www.gms.pr.gov.br)
- (x) Portal da Transparência do Paraná (www.transparencia.pr.gov.br – Modulo “Compras” > “Licitações” / ou “Contratos” / ou “Preços Registrados”)
- (x) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://pncp.gov.br – Modulo “Contratações” > “Editais” / ou “Atas de Registro de Preços” / ou “Contratos”)

- Data da consulta 07/10/2025
- Período temporal utilizado: 07/10/2025
- Recorte geográfico utilizado: (x) Nacional
- Quantidade de resultados válidos / utilizados no mapa de preços: 1
- Qual índice de atualização de preços foi utilizado para atualizar os valores? (X) IPCA

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores:

a) Como foram selecionados os contatos dos fornecedores do ramo?

(X) Histórico de compras anteriores

(X) Busca livre na internet

b) Quantidade de contatos de fornecedores selecionados para envio da pesquisa de preço: 44

c) Justificativa da escolha dos fornecedores selecionados:

(X) O fornecedor possui ampla experiência no mercado e é referência no fornecimento do item/serviço;

(X) Foram selecionados fornecedores de diferentes portes e regiões para garantir representatividade do mercado.

d) Forma de contato: (X) e-mail (X) telefone

e) Período de duração da pesquisa de preços: 20 dias

f) Documentos enviados juntamente com o pedido de cotação [obrigatório aos menos ETP ou TR]:

(x) Outro: Carta Proposta

g) Quantidade de cotações recebidas: 4

h) Quantidade de negativas de cotações recebidas: 4

i) Quantidade de fornecedores que não responderam: 9



V - a pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná:

(x) Base Nacional de NFs Portal da Transparência

(<https://portal.datatransparencia.gov.br/notas-fiscais/lista-consultas>)

- Data da consulta: 07/10/2025
- Período de referência utilizado nas pesquisas: 07/10/2025
- Filtro de região geográfica: (x) Brasil
- Quantidade de resultados válidos encontrados: 1 resultado válido encontrado
- Relatórios inseridos no processo

(x) Aplicativo menor Preço – Nota Paraná (<https://menorpreco.notaparana.pr.gov.br/index>)

- Data da consulta: 07/10/2025
- Período de referência utilizado nas pesquisas: 07/10/2025
- Filtro de região geográfica (se houver): (x) Brasil
- Relatórios inseridos no processo

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O objeto será dividido em 01 (um) lote, composto por um único item para fins de disputa e adjudicação.

Foi realizado estudo técnico e econômico de viabilidade para definir a adoção ou não do parcelamento dos seguintes objetos a serem contratados:

Câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis Após análise, definiu-se:

(X) Após a análise, foi decidido não adotar o parcelamento, pois itens com descritivos técnicos diferentes serão reunidos em um mesmo lote. A adequação ao objeto se justifica por:

- A aquisição conjunta no mesmo lote garante a integridade funcional do conjunto;
- Facilita a logística de distribuição e reposição;
- Assegura a compatibilidade técnica e promove maior eficiência na utilização dos equipamentos no contexto das atividades.

É que a aquisição conjunta é "imprescindível para garantir a compatibilidade entre os produtos, a padronização dos kits operacionais e a efetividade dos protocolos de atendimento". A separação dos fornecedores comprometeria a funcionalidade e poderia gerar inconsistências, por isso, os itens devem ser contratados em conjunto para assegurar "uniformidade, a eficiência logística e a integridade técnica do material.

6 SUSTENTABILIDADE

O contratado adotará as seguintes práticas e/ou critérios de sustentabilidade, baseado nos artigos 361 a 364 do Decreto 10.086/2022:

- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

As câmaras de conservação são equipamentos de alta precisão, projetados especificamente para o armazenamento seguro e controlado de medicamentos, vacinas, amostras biológicas e demais insumos termolábeis. Diferentemente dos refrigeradores convencionais, operam com controle eletrônico de temperatura, monitoramento contínuo, alarmes de variação e registro automatizado de dados, garantindo estabilidade térmica entre 2°C e 8°C, em conformidade com as exigências da ANVISA e das Resoluções RDC nº 304/2019 e nº 430/2020.

Essas especificações exigem fornecedores com comprovada expertise técnica, certificações adequadas, registro na ANVISA e experiência em fabricação, fornecimento e manutenção de equipamentos médico-hospitalares de precisão. A ausência desses requisitos poderia comprometer diretamente a segurança e a eficácia no armazenamento de medicamentos e insumos, colocando em risco a qualidade assistencial e a conformidade regulatória da instituição. Ressalta-se, contudo, que foram considerados todos os parâmetros de análise cabíveis, a saber:

I – Pesquisa de atas de registro de preços vigentes no sistema “Gestão de Materiais e Serviços” (GMS);

II – Pesquisa no Banco de Preços;

III – Pesquisa direta com fornecedores;

IV – Pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

V – Pesquisa no Notas Paraná; VI – Consulta ao Portal da Transparência do Paraná.

Em conformidade com o inciso VI do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, foi realizada pesquisa detalhada com o objetivo de assegurar a adequada formação do mapa de preços e a vantajosidade do processo. Apesar das diligências, não foi possível identificar três fornecedores enquadrados como micro ou pequenas empresas aptas a atender plenamente às exigências técnicas do objeto.

Dessa forma, considerando a complexidade técnica do equipamento, o número limitado de fornecedores habilitados e a necessidade de garantir segurança, rastreabilidade e conformidade regulatória, entende-se justificada a não aplicação do tratamento diferenciado previsto para microempresas e empresas de pequeno porte, observando-se integralmente os dispositivos legais e procedimentais previstos na Lei nº 14.133/2021.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



9.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VIII (minuta do contrato).

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;



10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 A CONTRATADA será integralmente responsável pela instalação, calibração e qualificação térmica de cada equipamento fornecido, incluindo periféricos e acessórios, com a devida emissão de certificado de validação conforme protocolos técnicos;

10.1.10.1 Essa qualificação deve seguir boas práticas de distribuição térmica em diferentes pontos da câmara, inclusive nos extremos, com medições realizadas por equipamentos e sensores de referência rastreáveis.

10.1.10.2 A instalação e a qualificação deverão ocorrer nas unidades do CHT (Hospital do Trabalhador, Hospital de Reabilitação, Hospital Oswaldo Cruz e Hospital Regional da Lapa São Sebastião) todas unidades do Complexo Hospitalar do Trabalhador, e demais órgãos participantes no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a entrega;

10.1.10.3 Todos os custos logísticos, incluindo transporte, equipe técnica, instrumentos, deslocamento e quaisquer despesas acessórias, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. A quantidade de equipamentos e os respectivos locais serão definidos conforme os empenhos emitidos pela CONTRATANTE.

10.1.11 Antes da Instalação: em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do equipamento, um representante da CONTRATADA deverá inspecionar o material com o Fiscal do Contrato para verificar a conformidade. Em caso de não conformidade, a contratada terá 10(dez) dias úteis para corrigir a pendência. O prazo de entrega total dos equipamentos é de 45 (quarenta e cinco) dias a partir do recebimento do empenho.

10.1.12 A nota fiscal só será certificada após a entrega de todos os itens previstos, incluindo Instalação, manuais e treinamento. A CONTRATADA deve garantir o fornecimento de peças de reposição por no mínimo 10 anos.

10.1.13 O treinamento deverá ser presencial, fornecido pela contratada, para toda a equipe técnica dos órgãos participantes. O treinamento será de responsabilidade integral da contratada tão logo seja solicitado pela contratante, sem ônus para a mesma.

10.1.14 O descarte dos equipamentos, após o encerramento de sua vida útil (prevista em 10 anos, mas que pode ser estendida com manutenção adequada), será de responsabilidade da Contratante. A Contratante deverá seguir as normas ambientais e sanitárias para o descarte adequado dos equipamentos.

10.1.15 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 92, inciso XVII, da Lei Federal 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;



10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Para a **SESA** as notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ: 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.1 Para as vendas a serem realizadas para **FUNEAS**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, CNPJ 24.039.073/0001-55, Rua do Rosário, 144, 10º andar, Curitiba/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.2 Para as vendas a serem realizadas pelo **HPM**, as notas fiscais poderão ser emitidas em nome da Secretaria de Estado da Segurança Pública, CNPJ 76.416.932/0001/8, ou pelo Fundo Especial Secretaria de Estado da Segurança Pública, CNPJ 14.869.229/0001-71, constando



número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque. Solicitamos que antes de gerar nota fiscal entrar em contato com o Setor de Compras, pelo telefone (41) 3218-3544.

11.4.3 Para as vendas a serem realizadas pela **UEM**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Universidade Estadual de Maringá, CNPJ 79.151.312/0001-56 ou pelo Fundo Estadual de Saúde, CNPJ 08.597.121/0001-74, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque. Solicitamos que antes de gerar nota fiscal entrar em contato com o Setor de Compras, pelo telefone (44) 3011-9197.

11.4.4 Para as vendas a serem realizadas pela **HU-UEPG**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, Curitiba/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.5 Para a **UEL** as notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ: 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.3.1 Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnica prevista no art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.3.2 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).



12.3.3 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento do objeto deste processo em quantidade de no mínimo 20 % (vinte por cento), em relação a quantidade exigida para cada.

12.3.3.1 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

12.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1 Valor global: R\$ 1.630.025,60 (Um milhão, seiscentos e trinta mil, vinte e cinco reais e sessenta centavos).

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição no item 1.1 do objeto.

12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

12.7 É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

12.8 Habilitação complementar:

Será exigido que os equipamentos estejam devidamente regularizados junto à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com apresentação obrigatória do número de registro válido no Brasil, conforme preconizado pela legislação vigente (RDC n.º 185/2001 e posteriores).

Será exigido certificação de qualificação térmica do equipamento, com periodicidade de 12 meses.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14.1.1 A não aceitação da subcontratação do objeto licitatório se justifica, em primeiro lugar, pela necessidade de garantir total conformidade técnica, operacional e de segurança no fornecimento das câmaras de conservação destinadas ao armazenamento de medicamentos, vacinas e insumos termolábeis utilizados nas diversas unidades do Complexo Hospitalar do Trabalhador – CHT. Esses equipamentos possuem especificações rigorosas quanto ao controle de temperatura, monitoramento contínuo, alarmes de variação e registro automatizado, conforme exigências da ANVISA e das Resoluções RDC nº 304/2019 e nº 430/2020, que estabelecem critérios de boas práticas de armazenagem, transporte e controle térmico de produtos para saúde.

14.1.2 A aquisição por fornecedores distintos poderia comprometer a padronização técnica e funcional dos equipamentos, resultando em riscos de incompatibilidade, falhas operacionais, interrupções no funcionamento e prejuízos diretos à segurança e à eficácia do armazenamento de produtos termolábeis. A integridade do sistema de conservação depende do fornecimento de equipamentos completos, originais e devidamente homologados pelos fabricantes, assegurando



rastreabilidade, uniformidade de desempenho e suporte técnico especializado em todas as etapas da execução contratual.

14.1.3 Adicionalmente, o fornecimento integral e coordenado por um único responsável possibilita maior controle de qualidade, agilidade na reposição de peças, e eficiência nas manutenções preventivas e corretivas — aspectos indispensáveis em ambientes hospitalares de alta complexidade como o CHT. Nesse contexto, a vedação à subcontratação visa resguardar a integridade do objeto licitado, garantir o desempenho técnico adequado e assegurar que o fornecimento ocorra de forma integrada, segura e eficiente, em consonância com os princípios da Administração Pública e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

Para a presente contratação não será exigida garantia estendida do produto/serviço, sendo mantida apenas a exigência da garantia legal/usual de mercado, que para equipamento hospitalar é de 12 (doze) meses.

17 VIGÊNCIA:

17.1 Da vigência da ata de registro de preços.

17.1.1 A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.

17.1.2 O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

17.1.3 Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

17.1.4 A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem

17.2 O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

17.2.1 admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

17.2.2 a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

17.2.3 a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

17.2.4 havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

17.3 O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

17.3.1 comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

17.3.2 - indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

17.4 Da vigência do contrato

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



17.4.1. O contrato a ser firmado terá vigência de 06 meses, podendo ser prorrogado caso o objeto não seja concluído no prazo originalmente estabelecido.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado 28/10/2025.

18.1.2. O reajuste deverá ser requerido pelo contratado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento.

18.1.2.1 Transcorrido o prazo citado no item 18.1.2 sem o requerimento, a concessão do reajuste será apurada por procedimento próprio.

18.1.3. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

19. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

19.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

19.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

19.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

19.1.2.2 Transcorrido o período citado no item 19.1.2.1 sem o requerimento, a concessão do reajuste será apurada por procedimento próprio.

19.2 Data do orçamento estimado: 28/10/2025.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.



Curitiba, 25 de fevereiro de 2026

Responsável pela compilação de informações no Termo de Referência apresentada pelas unidades / órgãos participantes:

(assinado eletronicamente)

Pâmela Lubian

Enfermeira

Coordenação de Governança em Aquisições
CGOV/DAD/SESA

Chefia Imediata:

(assinado eletronicamente)

Marcos Paulo do Carmo

Coordenador

Coordenação de Governança em Aquisições
CGOV/DAD/SESA



ANEXO II DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital.

1.1 Os licitantes poderão apresentar extrato do CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor do Governo Federal (SICAF) ou do Governo Estadual (PR) CAUFPR, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados:

1.1.1 Os cadastros de fornecedor do Estado do Paraná ou da União poderão ser obtidos nos seguintes link <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras> e <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no prego, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a **1,0** no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a **1,0** no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a **1,0** no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.5.1 Os indicadores previstos no edital serão calculados por exercício, de forma a apresentar dois conjuntos de indicadores relativos a cada período a que se referem as demonstrações contábeis. (Incluído pelo Decreto 7389 de 23/09/2024).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** * do valor estimado da contratação ou item pertinente, caso não atenda os índices econômicos exigidos.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 **1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento do objeto deste processo em quantidade de no mínimo **20 % (vinte por cento)**, em relação a quantidade exigida para cada.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.5.2 Será exigido que os equipamentos estejam devidamente regularizados junto à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com apresentação obrigatória do número de registro válido no Brasil, conforme preconizado pela legislação vigente (RDC n.º 185/2001 e posteriores). Será exigido certificação de qualificação térmica do equipamento, com periodicidade de 12 meses.

1.5.3 DESCRITIVO TÉCNICO

1.5.3.1 A CONTRATADA deverá atender todos os requisitos para o fornecimento do objeto, como: hardwares, softwares, características físicas, funções, parâmetros e demais itens e especificações técnicas.

1.5.4 FINALIDADE DO EQUIPAMENTO

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



1.5.4.1 O equipamento deve operar com temperatura controlada e homogênea para garantir a qualidade e eficácia de vacinas, exames, bolsas de sangue, medicamentos e outros materiais termolábeis.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (**o inciso IV, do art. 734, do Decreto Estadual nº 10.086/2022**).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1992 Ano: 2025

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-	
mail:			
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual aquisição de **câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis.**

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquot a % ICMS
Item 1	Câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis CÓDIGO GMS 6515-63346 CATMAT 600251	80	R\$	R\$	R\$	R\$	

2. A validade da proposta é de **120 (cento e vinte)** dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.566.269-6 Pregão Eletrônico nº 91992/2025 – EDITAL (página 45 de 69)

nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025



ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 1992/2025, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



ANEXO VI
ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE ENTREGA

SESA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Local de Entrega: Hospital do Trabalhador (HT) Logradouro: Av. República Argentina, 4406 – Novo Mundo, CEP: 81050-000, Curitiba – PR
Responsável pelo Recebimento: Setor/ Responsável: Almoxarifado / Coordenador do Setor
Telefone: (41) 3212-5759 (complexodiretoriacht@sesa.pr.gov.br).
Horário de Funcionamento: 8h às 11:30h e de 13:30h às 16:30h

SESA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Local de Entrega: Hospital Regional da Lapa São Sebastião Logradouro: Rod. do Xisto, 476 - nº 63 – Ronda, CEP: 83751-530, Lapa - PR
Responsável pelo Recebimento: Setor/ Responsável: Almoxarifado / Coordenador do Setor
Telefone: (41) 3547-8800 (complexodiretoriacht@sesa.pr.gov.br).
Horário de Funcionamento: 8h às 11:30h e de 13:30h às 16:30h

SESA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Local de Entrega: Hospital de Reabilitação Ana Cartolina Moura Xavier Logradouro: Rua Quintino Bocaiuva, 329 – Cabral, CEP: 80035-090, Curitiba – PR
Responsável pelo Recebimento: Setor/ Responsável: Almoxarifado / Coordenador do Setor
Telefone: (41) 3212-5759 (complexodiretoriacht@sesa.pr.gov.br)
Horário de Funcionamento: 8h às 11:30h e de 13:30h às 16:30h

SESA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Local de Entrega: Hospital Oswaldo Cruz Logradouro: Ubaldino do Amaral, 545 - Alto da XV, CEP: 82590-300, Curitiba – PR
Responsável pelo Recebimento: Setor/ Responsável: Almoxarifado / Coordenador do Setor
Telefone: (41) 3281-1000 (complexodiretoriacht@sesa.pr.gov.br).
Horário de Funcionamento: 8h às 11:30h e de 13:30h às 16:30h

FUNEAS - FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE
Local de Entrega: Hospital Regional de Guaraqueçaba – HRG Endereço: Avenida Ararapira s/n, Bairro: Centro, Guaraqueçaba– PR, CEP: 83.390-000
Responsável pelo Recebimento: Anderson pontes do Carmo



Protocolo nº 24.566.269-6 Pregão Eletrônico nº 91992/2025 – EDITAL (página 49 de 69)

Telefone: (41) 3482-8150 / ramal 8176 (anderson.carmo@sesa.pr.gov.br)

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta –feira das 8h às 15hrs.

FUNEAS - FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE

Local de Entrega: Hospital Regional do Norte Pioneiro – HRNP

Endereço: Rua Genor Juliano 11, Jardim Monte Verde, Santo Antônio da Platina-PR, CEP: 86.430-000

Responsável pelo Recebimento: Danilo Rodrigues de Oliveira

Telefone: (43) 3534-6203 (danilo.rodrigues@funeas.pr.gov.br).

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

FUNEAS - FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE

Local de Entrega: Hospital Regional Walter Alberto Pecoits – HRSWAP

Endereço: Rodovia Contorno Leste, 200 Bairro Água Branca - Francisco Beltrão-PR, CEP: 85.601-839

Responsável pelo Recebimento: Celio Roberto Bet

Telefone: (46) 3520-9200 Fax: (46) 3520-9394 (hrsengenhariaclinica@gmail.com).

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

FUNEAS - FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE

Local de Entrega: Hospital Dr. Eulalino Ignácio de Andrade - Zona Sul de Londrina – HZS

Endereço: Rua das Orquídeas 75, Parque Ouro Branco, Londrina-PR, CEP: 86.042-180

Responsável pelo Recebimento: Maria Claudia do Carmo Ortega

Telefone: (43) 3374-1900 (mariaortega@sesa.pr.gov.br).

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

PMPR – HPM - HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR

Local de Entrega: Local: Hospital da Polícia Militar do Paraná.

Logradouro: Av. Prefeito Omar Sabbag, nº894. CEP: 80210-000, Cidade: Curitiba/PR

Responsável pelo Recebimento: Sgt. Denival, Cb. Bessler

Telefone: (41) 3218-3528 (hpmfarm@sesa.pr.gov.br)

Horário de Funcionamento: 08h às 15h

UEL – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Local de Entrega: Local: Hospital Universitário de Londrina

Logradouro: Av. Robert Koch, 60 – Vila Operária, CEP: 86038-350 Cidade: Londrina/PR



Protocolo nº 24.566.269-6 Pregão Eletrônico nº 91992/2025 – EDITAL (página 50 de 69)

Responsável pelo Recebimento: Setor de Almoxarifado – Sérgio Henrique Barbosa

Telefone: (43) 3371-2400 (assessoria.enf@uel.br).

Horário de Funcionamento: 08:00 – 11:00h/ 13:00h-17:00h

UEM – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Local de Entrega: Universidade Estadual de Maringá

Logradouro Avenida Colombo 5790, Bloco O10-Divisão de Patrimônio. CEP 87020-900
Cidade Maringá / PR

Responsável pelo Recebimento: Simone Cristina Garbo

Telefone: 4430114265 (sec-hum-compras@uem.br).

Horário de Funcionamento: 07h40min às 11h40 min e 13h:30 às 17h:30 min

UEM – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Local de Entrega: Hospital Universitário de Maringá

Logradouro Avenida Colombo 1590, Parque das Laranjeiras, CEP 87083-240 Cidade Maringá/PR

Responsável pelo Recebimento: Ivanilson Arrebola

Telefone: 4430119197 (sec-pat@uem.br).

Horário de Funcionamento: 07h40min às 11h40 min e 13h:30 às 17h:30 min

UEPG – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Local de Entrega: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS

Logradouro: RUA GABRIEL DE PAULA MACHADO, 601 CEP: 84031-515, Cidade: PONTA GROSSA/ PR

Responsável pelo Recebimento: Juliane

Telefone: (42) 3311-8351 (hu.scmpa@uepg.br).

Horário de Funcionamento: 8 horas às 12 horas e das 13 às 17 horas. De Segunda a sexta-feira.



ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 1992	PROTOCOLO N.º 24.566.269-6
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

COORDENAÇÃO DE GOVERNANÇA EM AQUISIÇÕES CGOV/SESA, localizado Rua Piquiri, nº 170, CEP 80230-140, Curitiba, Paraná, aqui representado por XXXXXXXX, [CARGO], nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 1992/2025, homologado por XXXXXXXX, [CARGO], para a futura e a eventual aquisição de câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
- 1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
- 1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
- 1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

- 1- SESA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
2- FUNEAS - FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE
3- PMPR – HPM - HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR
4- UEL – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
5- UEM – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
6- UEPG – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 01 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 01	Descrição do Objeto	Exigências complementar es	Quantida de	Unidade de medida	Preço Unitário Registrad	Validade da Ata
------------	---------------------	----------------------------------	----------------	-------------------------	--------------------------------	--------------------



Protocolo nº 24.566.269-6 Pregão Eletrônico nº 91992/2025 – EDITAL (página 52 de 69)

					O	
	Câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis CÓDIGO GMS 6515-63346 CATMAT 600251	UNIDADE	80	UNIDA DE	R\$	

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.

3.2 O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

3.3 Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

3.4 A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem

3.5 O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

3.5.1 admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

3.5.2 a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

3.5.3 a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

3.5.4 havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

3.6 O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

3.6.1 comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

3.6.2 - indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.



5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA/IBGE**, tendo por termo inicial a **data do orçamento estimado 28/10/2025** e desde que decorrido **1 (um) ano** desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor, **implica em concessão do reajuste apurada por procedimento próprio.**

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR E DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

6.5 Do remanejamento de saldo entre órgãos ou entidades participantes da ata de registro de preços

6.5.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados na presente Ata poderão ser remanejadas entre os órgãos ou entidades participantes, nos termos do art. 307-A do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

6.5.2 O remanejamento será realizado exclusivamente entre órgãos ou entidades participantes, considerando-se participante também o órgão ou entidade gerenciadora que tenha estimado as quantidades que pretende contratar.

6.5.3 O remanejamento dependerá de :

I) solicitação formal do órgão ou entidade interessada;

II) autorização do órgão ou entidade gerenciadora;

III) anuência prévia da autoridade competente do órgão ou entidade que sofrerá a redução de quantitativos inicialmente informados.

6.5.4 Caso o remanejamento implique alteração do município de entrega ou execução, o fornecedor beneficiário deverá manifestar, no prazo fixado pela Administração, a aceitação ou recusa do fornecimento, observadas as condições originais da Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e



7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2. emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

10.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na



Protocolo nº 24.566.269-6 Pregão Eletrônico nº 91992/2025 – EDITAL (página 55 de 69)

sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet www.comprasparaná.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O Pregão Eletrônico nº 1992/2025 é realizado pelo Pregoeiro(a) **karin Stopinski**, designado na Resolução n.º 1275/2025, publicado no DIOE Executivo edição n.º 11951 de 25/07/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO
ÓRGÃO GERENCIADOR]

Karin Stopinski
Pregoeira



FORNECEDORES

LOTE/ Item	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		



Anexo da Ata de Registro de Preços
Cadastro de Reserva

PROCESSO LICITATÓRIO PE 1992/2025 PROTOCOLO 24.566.269-6

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	



ANEXO VIII
MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão da Secretária de Estado da Saúde, com sede no(a) Rua Piquiri 170, Rebouças, Curitiba/Pr, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º [XXXXXXXXXX], neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º [XXXXXXXXXX], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXXX].

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 1992/2025 (protocolo n.º 24.566.269-6) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual aquisição de **câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis**.

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidad e de medida	Quantida de	Valor unitário	Valor total
Item 1	Câmara de conservação para exames, hemoderivados, medicamentos e vacinas termolábeis CÓDIGO GMS 6515-63346 CATMAT 600251	UNIDADE	UNIDAD E	80	R\$	R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 1992/2025, objeto do processo administrativo n.º 24.566.269-6 com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º [XXXXXXXXXX], de [XXXXXXXXXX] e conforme ato de autorização nas fls. [XXXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos **no Prazo de entrega/execução: 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato**, conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços **unitários** previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ **XXXXXXXX** (**VALOR POR EXTENSO**).

4.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado **28/10/2025**.

5.1.2. O reajuste deverá ser requerido pelo contratado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento.

5.1.2.1 Transcorrido o prazo citado no item 18.1.2 sem o requerimento, a concessão do reajuste será apurada por procedimento próprio.

5.1.3. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local **(Anexo VI)**, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência **(Anexo I)**, que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até **10 (dez) dias** da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no



prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: **(preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);**

Fonte de Recursos: **(preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);**

Programa de Trabalho: **(preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);**

Elemento de Despesa: **(preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);.**

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato a ser firmado terá vigência de 06 meses, podendo ser prorrogado caso o objeto não seja concluído no prazo originalmente estabelecido.

9.1.1 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, **os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;**

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:



10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 A CONTRATADA será integralmente responsável pela instalação, calibração e qualificação térmica de cada equipamento fornecido, incluindo periféricos e acessórios, com a devida emissão de certificado de validação conforme protocolos técnicos;

10.1.10.1 Essa qualificação deve seguir boas práticas de distribuição térmica em diferentes pontos da câmara, inclusive nos extremos, com medições realizadas por equipamentos e sensores de referência rastreáveis.

10.1.10.2 A instalação e a qualificação deverão ocorrer nas unidades do CHT (Hospital do Trabalhador, Hospital de Reabilitação, Hospital Oswaldo Cruz e Hospital Regional da Lapa São Sebastião) todas unidades do Complexo Hospitalar do Trabalhador, e demais órgãos participantes no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a entrega;

10.1.10.3 Todos os custos logísticos, incluindo transporte, equipe técnica, instrumentos, deslocamento e quaisquer despesas acessórias, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. A quantidade de equipamentos e os respectivos locais serão definidos conforme os empenhos emitidos pela CONTRATANTE.

10.1.11 Antes da Instalação: em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do equipamento, um representante da CONTRATADA deverá inspecionar o material com o Fiscal do Contrato para verificar a conformidade. Em caso de não conformidade, a contratada terá 10(dez) dias úteis para corrigir a pendência. O prazo de entrega total dos equipamentos é de 45 (quarenta e cinco) dias a partir do recebimento do empenho.

10.1.12 A nota fiscal só será certificada após a entrega de todos os itens previstos, incluindo Instalação, manuais e treinamento. A CONTRATADA deve garantir o fornecimento de peças de reposição por no mínimo 10 anos.

10.1.13 O treinamento deverá ser presencial, fornecido pela contratada, para toda a equipe técnica dos órgãos participantes. O treinamento será de responsabilidade integral da contratada tão logo seja solicitado pela contratante, sem ônus para a mesma.

10.1.14 O descarte dos equipamentos, após o encerramento de sua vida útil (prevista em 10 anos, mas que pode ser estendida com manutenção adequada), será de responsabilidade da Contratante. A Contratante deverá seguir as normas ambientais e sanitárias para o descarte adequado dos equipamentos.

10.1.15 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 92, inciso XVII, da Lei Federal 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.16 adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.17 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;



10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.



11.4 Para a SESA as notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ:

08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, constando número da licitação, lote/item e validade dos

produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.1 Para as vendas a serem realizadas para FUNEAS, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da

Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, CNPJ 24.039.073/0001-55, Rua do Rosário,

144, 10º andar, Curitiba/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de

rastreabilidade em estoque.

11.4.2 Para as vendas a serem realizadas pelo HPM, as notas fiscais poderão ser emitidas em nome da

Secretaria de Estado da Segurança Pública, CNPJ 76.416.932/0001/8, ou pelo Fundo Especial Secretaria de

Estado da Segurança Pública, CNPJ 14.869.229/0001-71, constando número da licitação, lote/item e

validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque. Solicitamos que antes de gerar nota fiscal

entrar em contato com o Setor de Compras, pelo telefone (41) 3218-3544.

11.4.3 Para as vendas a serem realizadas pela UEM, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da

Universidade Estadual de Maringá, CNPJ 79.151.312/0001-56 ou pelo Fundo Estadual de Saúde, CNPJ

08.597.121/0001-74, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de

rastreabilidade em estoque. Solicitamos que antes de gerar nota fiscal entrar em contato com o Setor de

Compras, pelo telefone (44) 3011-9197.

11.4.4 Para as vendas a serem realizadas pela HU-UEPG, as notas fiscais devem ser emitidas em nome do

Fundo Estadual de Saúde, CNPJ 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, Curitiba/PR, constando

número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.5 Para a UEL as notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ:

08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, constando número da licitação, lote/item e validade dos

produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1 Para a presente contratação não será exigida garantia estendida do produto/serviço, sendo mantida apenas a exigência da garantia legal/usual de mercado, que para equipamento hospitalar é de 12 (doze) meses.

13.2 DEMAIS OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES PARA ATENDIMENTO AS AQUISIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

3.2.1 ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO

3.2.2. Durante a garantia a CONTRATADA deverá prestar o atendimento preferencialmente presencial, em no máximo 02 (dois) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva ou preventiva, contar da data do chamado técnico;

3.2.3. Caso o atendimento de manutenção não seja presencial (in-loco) e for necessário enviar o equipamento para Assistência Técnica Autorizada, os custos de transporte, deslocamento, taxas e despesas do envio equipamento (independentemente do local da assistência), será toda por conta da CONTRATADA;

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.



14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.



16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.”

16.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a **prorrogação** motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.



17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 1992/2025, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



**ANEXO X
DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Documento: **EDITAL_PE_1992_2025_SRP.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Carlos Alberto Gebrim Preto** em 02/03/2026 13:59.

Inserido ao protocolo **24.566.269-6** por: **Karin Stopinski** em: 02/03/2026 13:24.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: